**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 01ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARULHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

**Recuperação Judicial**
**Autos nº 1027443-57.2016.8.26.0224**

**ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO**, já qualificado nestes autos, a fls. 493, nomeado Administrador Judicial nos autos da Recuperação Judicial em referência, requerida por **BRASIMPAR INDÚSTRIA METALÚRGICA EIRELI**, em curso perante esse R. Juízo, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 22, II, "c", da Lei n° 11.101/2005, apresentar o presente **RELATÓRIO INICIAL**, nos termos a seguir aduzidos:

## I – DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. Em 28/07/2016, a empresa **BRASIMPAR INDÚSTRIA METALÚRGICA EIRELI** (CNPJ/MF nº 54.183.816/0001-60) ingressou com pedido de Recuperação Judicial, com fundamento no artigo 47 e seguintes da Lei n° 11.101/2005, alegando dificuldades financeiras inerentes às suas atividades empresariais.

2. A Recuperanda, com sede própria na Rua Amélia Lago, 200, Ponte Grande, CEP 07031-190, Guarulhos, SP, é empresa individual de responsabilidade limitada, com capital inteiramente nacional, que atua desde sua fundação, em 1985, portanto, há 31 anos, no setor de metalurgia, especialmente a fabricação e comercialização de artefatos metalúrgicos para diversas indústrias, dentre elas, as automotivas, de máquinas e equipamentos agrícolas, petroquímicas, petrolíferas, de mineração, eletrificação, e de construção civil e naval, entre outras.

3. Seu quadro societário atual é composto pelo único sócio, José Felício Brunetto (CPF/MF nº 133.893.948-34), detentor da integralidade do capital social, de 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, resultando no valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

4. A Recuperanda alega, como causas precípuas do endividamento, a inchada folha de pagamento nos últimos anos, cumulada com a crise econômica existente no país desde início de 2014. Com o endividamento, as instituições financeiras, que detêm garantias que incidem sobre os recebíveis da empresa, acabaram por promover um excessivo bloqueio de boa parte de seu faturamento, o que resultou em diminuição do capital de giro. E com isso a Recuperanda tem sido impedida de adquirir matérias primas suficientes para aumentar sua produção, hoje estimada em 60% (sessenta por cento) de sua capacidade total, comparativamente aos anos anteriores ao início do seu agravamento econômico, aduzindo que a demanda, no entanto, continua grande.

5. Assim, segundo alega, a diminuição do capital de giro se deveu às travas bancárias, que reduziram em grande monta o dinheiro disponível em caixa, de forma que não conseguiu a empresa em questão comprar matéria prima suficiente para reverter o quadro e passar a vender mais.

6. Por consequência, com seus recebíveis comprometidos, ocorreram atrasos nos pagamentos de fornecedores, que tiveram que ser renegociados, e que também geraram despesas financeiras, dada a cobrança de juros e multas por tais atrasos, que, por sua vez, geraram a perda do poder de negociação de preço com os fornecedores, tendo a Recuperanda de abrir mão de eventuais descontos que anteriormente eram concedidos, o que trouxe, como reflexo, diminuição de sua margem de rentabilidade.

7. Dessa forma, a Recuperanda argumenta que a concessão da recuperação judicial viabilizará a manutenção contínua e coordenada de sua atividade econômica, com vistas à preservação da empresa, e que sua crise econômico-financeira deverá a ser superada por meio de plano de recuperação judicial, a ser oportunamente discutido e votado pelos credores.

8. Conforme os termos da r. decisão de fls. 463/466, este R. Juízo, em 09/08/2016, deferiu o pedido de processamento da recuperação judicial em favor da empresa em tela, nos termos do artigo 51 da Lei nº 11.101/2005, tendo no mesmo ato nomeado o ora signatário como Administrador Judicial (que assinou o termo de compromisso no dia seguinte – fls. 468) e determinado as providências de praxe, e restou expedido o edital previsto no artigo 52, parágrafo 1º, da Lei nº 11.101/2005 (fls. 506/509), ainda não publicado.

**II – DO ENVIO DAS CORRESPONDÊNCIAS – ARTIGO 22, I, "A", DA LEI N° 11.101/2005**

9. O Administrador Judicial informa que já foram enviadas as cartas aos credores, em atenção à regra prevista no artigo 22, I, "a", da Lei n° 11.101/2005.

## III – DA ATUAL SITUAÇÃO DAS RECUPERANDAS

### III.1 – Das informações obtidas nos autos

### A) Composição societária

10. O capital social atualmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (hum real) cada uma, que cabem integralmente ao sócio único, JOSÉ FELÍCIO BRUNETTO (CPF/MF nº 133.893.948-34).

### B) Relação de credores

11. A Recuperanda apresentou relação nominal de credores, **que pertencem a três classes distintas:**

A) Classe 1: Credores Trabalhistas - Total: 28. Valor da dívida: R$ 850.224,62
B) Classe 3: Credores Quirografários - Total: 63. Valor da dívida: 4.109.954,10
C) Classe 4: Credores Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte – Total: 12. Valor da dívida: R$ 24.705,10

12. Inexistem, portanto, credores da Classe 2 (com garantia real), e o valor total apontado da dívida é de R$ 4.984.883,82 (quatro milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos) – data base: 30/06/2016.

### III.2 – Da diligência realizada na sede da Recuperanda

13. O Administrador Judicial realizou diligência na sede da Recuperanda, e constatou que esta se encontra em funcionamento, como mostram as fotografias internas e externas a seguir, referentes tanto à área de fabricação, quanto à área administrativa:

## Administrativo Financeiro

## Almoxarifado

ALMOXARIFADO
ALMOXARIFADO
EXTINTOR
PÓ QUÍMICO
18/08/2016

**Banheiros**

EXTINTOR
PÓ QUÍMICO
18/08/2016

**Estoque**

**Fachada**

18/08/2016

18/08/2016

**Fundos**

## Linha de Produção

18/08/2016

18/08/2016

18/08/2016

18/08/2016

RECEBIMENTO DE
MERCADORIAS
18/08/2016

18/08/2016

18/08/2016

18/08/2016

**Recpeção**

**Refeitório**

**Setor de vendas**

## IV) DO EXAME DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS NOS AUTOS:

### A) Das exigências legais – artigos 48 e 51 da Lei n° 11.101/2005

### A.1 - Dos Requisitos do artigo 48 da Lei n° 11.101/2005

14. A empresa interessada no pedido de Recuperação Judicial deverá preencher, cumulativamente, os requisitos previstos no artigo 48 da Lei n° 11.101/2005.

| Exigência legal | Comprovante |
|---|---|
| Exercício regular de atividades há mais de 02 anos | Fls. 288/290 |
| Não ser falido | Fls. 293/299 |
| Não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial | Fls. 293/299 |
| Não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial para a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte | Não há necessidade de certidões a respeito, pois a Requerente não se enquadra no tipo societário de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. |
| Não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei n° 11.101/2005 | Fls. 300/307 |

15. Assim, a Recuperanda com a documentação apresentada, conforme visto acima, cumpriu integralmente os requisitos exigidos pelo dispositivo legal em destaque.

**A.2 - Dos Documentos obrigatórios – artigo 51 da Lei n° 11.101/2005**

16. A petição inicial da Recuperação Judicial deverá ser instruída os seguintes documentos:

| Exigência legal | Comprovante |
|---|---|
| Exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira. | Fls. 03/04; Fls. 05/11.<br>Fls. 59/86 e Fls. 146/287: Empréstimos feitos no Banco Santander (Brasil) S/A, por meio de Cédulas de Crédito Bancário e Aditamentos.<br>Fls. 87/134: Empréstimos feitos no Banco Bradesco S/A, por meio de Cédulas de Crédito Bancário e Aditamentos.<br>Fls. 135/145: Empréstimos feitos no HSBC Bank Brasil S/A, por meio de Cédulas de Crédito Bancário e Aditamentos. |
| As demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:<br>a) balanço patrimonial;<br>b) demonstração de resultados acumulados;<br>c) demonstração do resultado desde o último exercício social;<br>d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção. | <br><br><br><br><br><br>Fls. 313/323<br>**Não foi apresentada tal documentação**<br><br>Fls. 324/333<br><br>Fls. 312 (2º semestre/2016 e projeção). **No entanto, não foi apresentada tal documentação relativa a 2013/2015** |
| A relação nominal completa dos credores, | Fls. 336/337. |

| | |
|---|---|
| inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem. | Total de Créditos (data base: 30/06/2016)<br>Classe 1: R$ 850.224,62<br>Classe 3: R$ 4.109.954,10<br>Classe 4: R$ 24.705,10 |
| A relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento. | **Não foi apresentada tal documentação, posto que o "organograma funcional" (fls. 340) não atende aos requisitos legais: faltam nomes completos dos empregados, com identificação clara do salário e da função de todos eles, bem como eventuais indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento.** |
| A certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores. | Fls. 341/374 |
| A relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor | Fls. 377/379 |
| Os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras. | Fls. 385/386 (Banco Bradesco S/A)<br>Fls. 387/398 (HSBC Bank Brasil S/A)<br>Fls. 399/402 (Banco Santander (Brasil) S/A) |
| As certidões dos cartórios de protestos | Fls. 403/422 |

| | |
|---|---|
| situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial | |
| A relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados. | Fls. 423/448<br>**Falta a estimativa do valor demandado na ação anulatória nº 0005700-25.2011.4.03.6119, indicada a fls. 430/431.** |

17. Assim, a Recuperanda deverá ser intimada para apresentação dos documentos indicados acima, quais sejam:

a) demonstração de resultados acumulados relativos aos 3 (três) últimos exercícios sociais (2013/2015);
b) a demonstração do relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção relativos aos 3 (três) últimos exercícios sociais (2013/2015);
c) a relação integral dos empregados, em que constem os nomes completos, respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;
d) a estimativa do valor demandado na ação anulatória nº 0005700-25.2011.4.03.6119, indicada a fls. 430/431, em que a Recuperanda figura como parte.

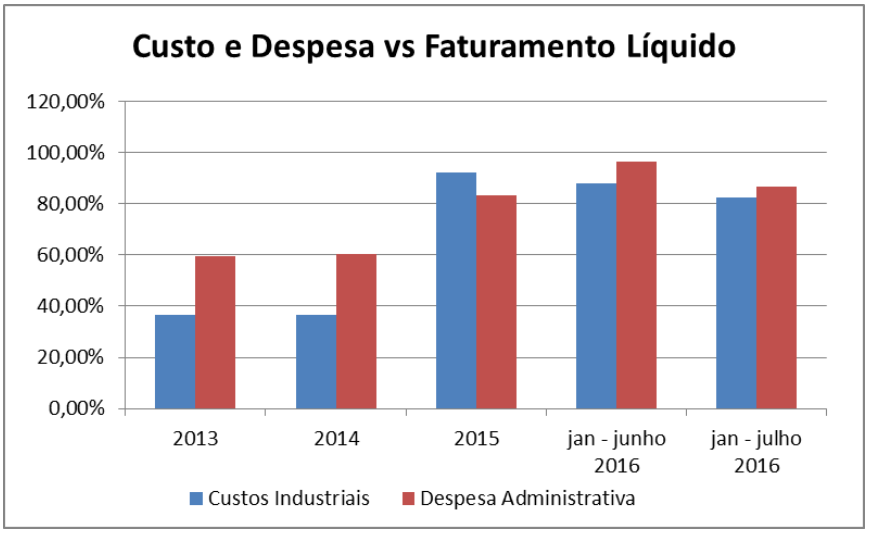
**B) Do exame dos documentos contabéis**

18. O Administrador Judicial, além da documentação acostada aos autos, procedeu ao exame dos documentos anexos **(ANEXO A)**, os quais foram solicitados por ocasião da diligência realizada na Recuperanda. Assim, constatou-se o seguinte:

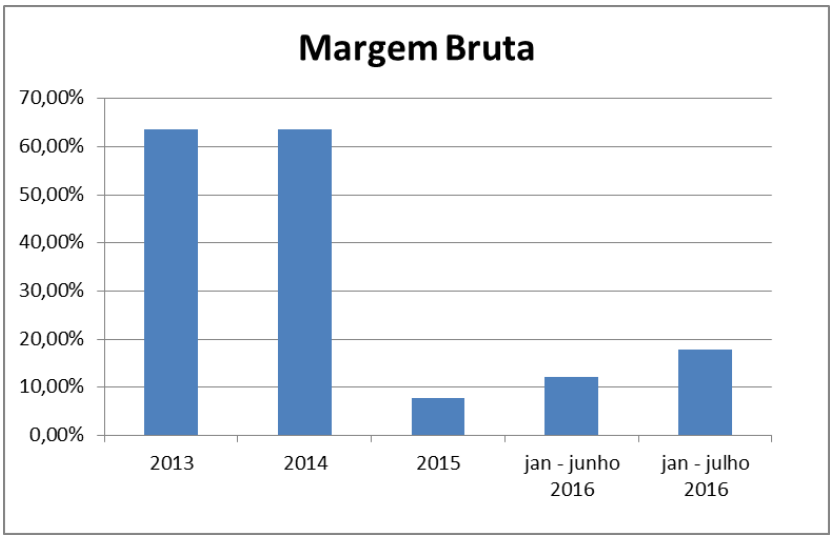
## ANÁLISE DRE

| | 2013 | | 2014 | | 2015 | | jan - junho 2016 | | jan - julho 2016 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Faturamento Bruto** | **15.222.420,76** | **122,42%** | **16.330.262,91** | **140,21%** | **12.739.899,72** | **135,94%** | **4.899.589,52** | **138,05%** | **5.540.707,95** | **139,12%** |
| (-) Deduções | 2.788.300,29 | 22,42% | 4.683.246,55 | 40,21% | 3.368.441,26 | 35,94% | 1.350.341,84 | 38,05% | 1.558.038,52 | 39,12% |
| **Faturamento Líquido** | **12.434.120,47** | **100,00%** | **11.647.016,36** | **100,00%** | **9.371.458,46** | **100,00%** | **3.549.247,68** | **100,00%** | **3.982.669,43** | **100,00%** |
| (-) Custos Industriais | 4.539.421,44 | 36,51% | 4.239.777,25 | 36,40% | 8.640.524,63 | 92,20% | 3.121.488,18 | 87,95% | 3.274.872,04 | 82,23% |
| **Resultado Bruto** | **7.894.699,03** | **63,49%** | **7.407.239,11** | **63,60%** | **730.933,83** | **7,80%** | **427.759,50** | **12,05%** | **707.797,39** | **17,77%** |
| (-) Despesas Administrativas | 7.386.988,48 | 59,41% | 7.012.100,33 | 60,21% | 7.796.611,90 | 83,20% | 3.419.114,84 | 96,33% | 3.450.441,37 | 86,64% |
| (-) Despesas Financeiras | 353.857,49 | 2,85% | 297.582,55 | 2,56% | 498.980,52 | 5,32% | 252.817,19 | 7,12% | 291.671,58 | 7,32% |
| (-) Despesas Tributárias | 119.049,51 | 0,96% | 64.449,71 | 0,55% | 103.874,50 | 1,11% | 29.343,00 | 0,83% | 30.252,07 | 0,76% |
| Receitas Financeiras | 9.888,28 | 0,08% | 5.579,31 | 0,05% | 3.005,91 | 0,03% | 5.696,87 | 0,16% | 6.101,82 | 0,15% |
| **Lucro Operacional** | **44.691,83** | **0,36%** | **38.685,83** | **0,33%** | **- 7.665.527,18** | **-81,80%** | **- 3.267.818,66** | **-92,07%** | **- 3.058.465,81** | **-76,79%** |
| (-) Outras despesas | 442,65 | 0,00% | 85,12 | 0,00% | 1.094,15 | 0,01% | 9.382,38 | 0,26% | 9.382,38 | 0,24% |
| **Lucro antes da C. Social** | **44.249,18** | **0,36%** | **38.600,71** | **0,33%** | **- 7.666.621,33** | **-81,81%** | **- 3.277.201,04** | **-92,34%** | **- 3.067.848,19** | **-77,03%** |
| (-) Contribuição Social | 4.022,27 | 0,03% | 3.481,72 | 0,03% | | 0,00% | | 0,00% | | 0,00% |
| **Lucro antes do IR** | **40.226,91** | **0,32%** | **35.118,99** | **0,30%** | **- 7.666.621,33** | **-81,81%** | **- 3.277.201,04** | **-92,34%** | **- 3.067.848,19** | **-77,03%** |
| (-) IR | 6.703,78 | 0,05% | 5.802,88 | 0,05% | | 0,00% | | 0,00% | | 0,00% |
| **Lucro Período** | **33.523,13** | **0,27%** | **29.316,11** | **0,25%** | **- 7.666.621,33** | **-81,81%** | **- 3.277.201,04** | **-92,34%** | **- 3.067.848,19** | **-77,03%** |

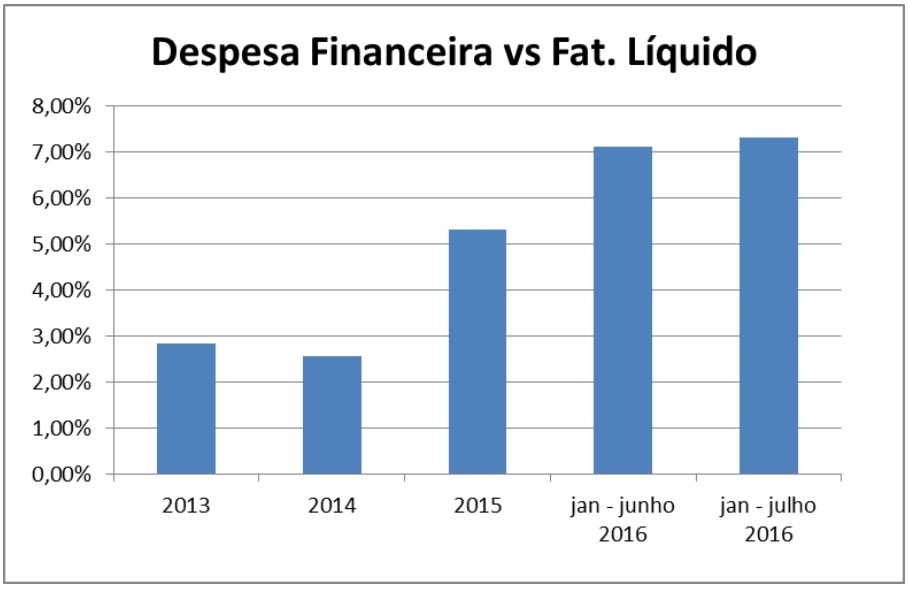
19. Custos com materiais saltaram de 36,4% para 92,20% da receita líquida e embora esboce queda em julho, mantém-se em 82,23%. As despesas administrativas apresentam igualmente elevação de custo de 60,21% para 83,20% com resultado de 86,64% em julho.




20. Tal comportamento reflete a seguinte situação em termos de margem bruta:




21. Despesas Financeiras também apresentaram acréscimo de 2,56% para 7,32%.



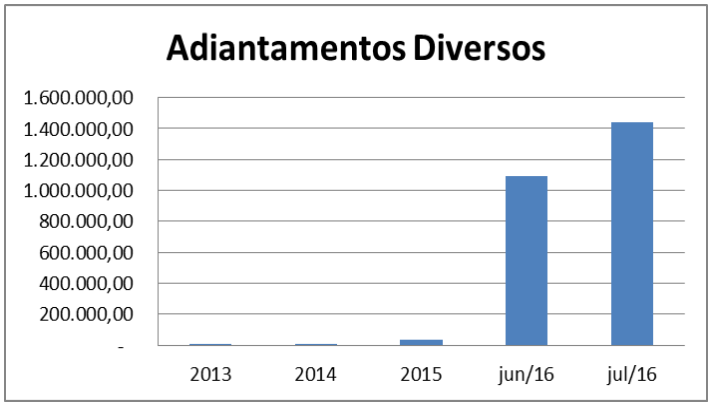

**BALANÇO PATRIMONIAL**

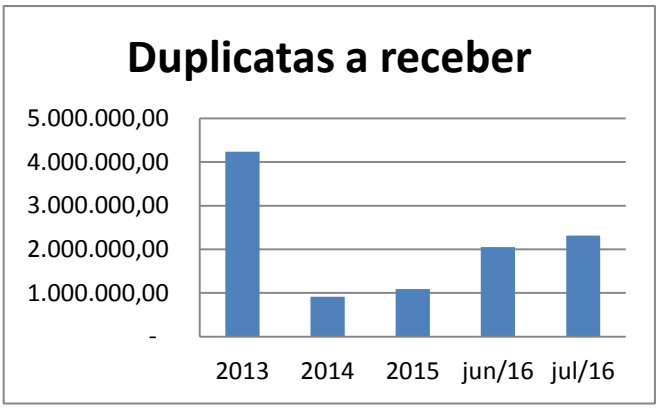
| BALANÇO | 2013 | 2014 | 2015 | jun/16 | jul/16 |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | |
| **ATIVO** | **5.660.009,89** | **3.154.800,58** | **3.212.650,36** | **6.987.946,24** | **7.513.857,15** |
| **Circulante** | **4.445.461,45** | **2.068.151,72** | **1.411.863,38** | **5.401.313,72** | **5.941.261,81** |
| Disponibilidades | 168.878,33 | 45.015,47 | 55.151,65 | 36.050,13 | 38.481,12 |
| Duplicatas a receber | 4.236.918,26 | 915.881,03 | 1.093.069,39 | 2.053.008,72 | 2.311.862,27 |
| (-)Descontos Duplicatas | - 968.931,47 | - 24.879,67 | | | |
| Adiantamentos | 1.438,00 | 2.776,92 | 33.291,02 | 1.093.017,21 | 1.437.662,12 |
| Impostos a recuperar | | | 21.658,42 | 38.888,01 | 3.739,38 |
| Adiantamentos Fornecedores | 407.655,87 | | | 1.309,00 | 2.052,06 |
| Estoques | 592.220,83 | 1.129.357,97 | 208.692,90 | 2.141.414,20 | 2.116.144,08 |
| Despesas exerc. Futuros | 7.281,63 | | | 37.626,45 | 31.320,78 |
| | | | | | |
| **Realizável Longo Prazo** | **9.008,79** | **30.444,88** | **909.467,35** | **781.978,27** | **782.087,66** |
| | | | | | |
| **Permanente** | **1.192.001,24** | **1.042.665,57** | **877.781,22** | **791.115,84** | **776.969,27** |
| **Intangível** | **13.538,41** | **13.538,41** | **13.538,41** | **13.538,41** | **13.538,41** |
| | | | | | |
| **PASSIVO** | **5.660.009,89** | **3.154.800,58** | **3.212.650,36** | **6.987.946,24** | **7.513.857,15** |
| **Circulante** | **4.652.590,34** | **2.947.852,12** | **10.614.889,27** | **16.546.617,75** | **17.734.227,08** |
| Fornecedores | 2.679.412,59 | 705.357,63 | 7.122.209,43 | 1.129.848,31 | 1.217.437,94 |
| Impostos e Contribuições | 43.929,98 | 31.127,42 | 83.379,39 | 143.439,62 | 276.382,63 |
| Salários | 156.937,20 | 101.579,00 | 67.129,38 | 75.843,70 | 501.813,02 |
| Encargos Sociais | 343.725,39 | 814.639,44 | 1.417.550,59 | 1.785.497,16 | 1.879.274,82 |
| Empréstimos Curto Prazo | 1.428.585,18 | 1.289.691,01 | 1.899.151,92 | 3.004.810,89 | 3.028.552,57 |
| Outras contas a pagar | | 5.457,62 | 6.987,37 | 3.884,84 | 3.884,84 |
| Processos Trabalhistas | | | 18.481,19 | 35.611,97 | 31.306,30 |
| Adiantamento de Clientes | | | | 958.735,38 | 1.386.629,08 |
| Provisões diversas | | | | 9.408.945,88 | 9.408.945,88 |
| | | | | | |
| **Exigível de Longo Prazo** | **920.914,10** | **42.565,85** | **100.000,00** | **519.419,94** | **100.000,00** |
| | | | | | |
| **Patrimônio Líquido** | **86.505,45** | **164.382,61** | **- 7.502.238,91** | **- 10.078.091,45** | **- 10.320.369,93** |

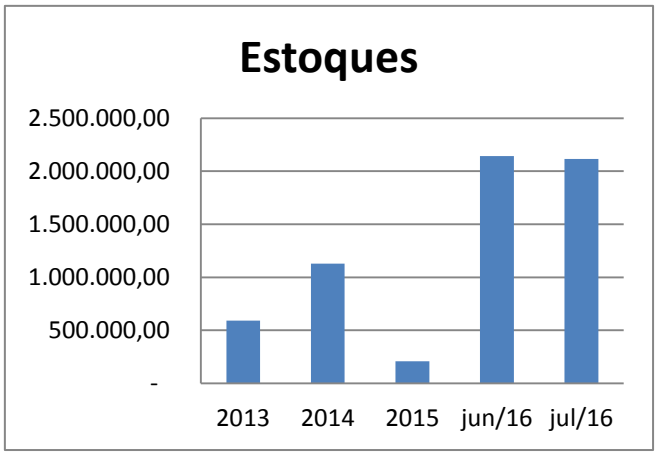
22. A empresa apresenta descapitalização conforme verificado no cálculo de capital circulante líquido reforçado pelos índices de liquidez corrente e seca, que apontam a dificuldade de cumprimento de compromissos no curto prazo.

| | 2013 | 2014 | 2015 | jun/16 | jul/16 |
|---|---|---|---|---|---|
| Capital Circulante Líquido CCL | - 207.128,89 | - 879.700,40 | - 9.203.025,89 | - 11.145.304,03 | - 11.792.965,27 |
| | | | | | |
| Liquidez Corrente | 0,96 | 0,70 | 0,13 | 0,33 | 0,34 |
| Liquidez Seca | 0,83 | 0,32 | 0,11 | 0,20 | 0,22 |

23. Demonstração gráfica da variação das contas de ativo:



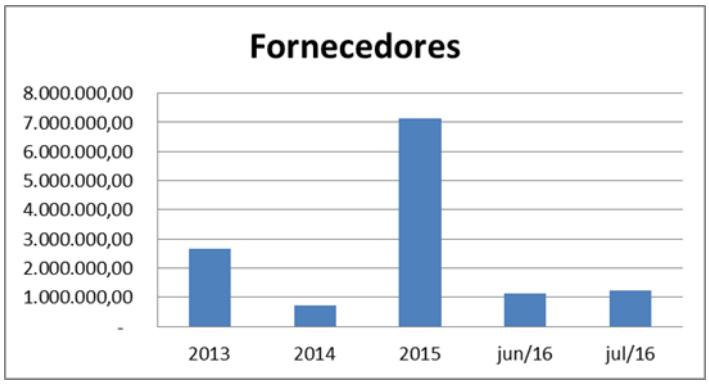



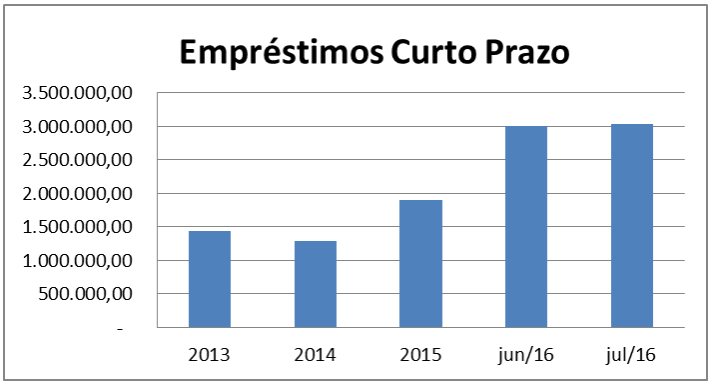




| Demonstrativos das contas do Permannte | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | |
| Permanente | **1.192.001,24** | **1.042.665,57** | **877.781,22** | **791.115,84** | **776.969,27** |
| **Investimentos** | | | | | |
| Consórcio | 38.814,26 | 38.814,26 | 43.199,84 | 45.607,18 | 46.092,64 |
| **Imobilizado** | | | | | |
| Edificios e Construções | 104.267,73 | 104.267,73 | 104.267,73 | 104.267,73 | 104.267,73 |
| Maquinas e equipamentos | 1.967.374,46 | 2.002.326,38 | 2.014.911,38 | 2.014.911,38 | 2.014.911,38 |
| Ferramentas | 1.734,99 | 1.734,99 | 1.734,99 | 1.734,99 | 1.734,99 |
| Móveis e Utensílios | 33.408,50 | 34.178,50 | 34.178,50 | 34.178,50 | 34.178,50 |
| Equipamentos de Informática | 69.372,86 | 76.312,84 | 76.312,84 | 76.312,84 | 76.312,84 |
| Instalações | 11.578,86 | 11.578,86 | 11.578,86 | 11.578,86 | 11.578,86 |
| **(-) Depreciação Acumulada** | | | | | |
| Depr Maquinas e equipamentos | - 942.101,24 | - 1.123.845,72 | - 1.297.736,54 | - 1.384.070,53 | - 1.398.299,35 |
| Depr Ferramentas | - 1.497,49 | - 1.245,79 | - 1.407,91 | - 1.488,97 | - 1.502,48 |
| Depr Móveis e Utensílios | - 23.334,44 | - 25.875,80 | - 28.377,92 | - 29.464,47 | - 29.628,06 |
| Depr Equipamentos de Informática | - 56.240,29 | - 64.123,20 | - 69.342,55 | - 70.872,81 | - 71.098,92 |
| Depr Instalações | - 11.376,96 | - 11.457,48 | - 11.538,00 | - 11.578,86 | - 11.578,86 |

24. A empresa não apresentou variação significativa nos ativos imobilizados, apresenta variação em investimentos.

**DEMONSTRAÇÃO GRÁFICA DAS CONTAS DE PASSIVO**




25. Diante de tais informações, faz-se necessária a apresentação dos seguintes documentos complementares:

**a)** Para um melhor entendimento da variação de algumas contas solicitamos o envio do Razão referente aos anos de 2015 e 2016 das seguintes contas:

i. 1.1.2.04.254 – Adiantamentos Diversos
ii. 1.2.1.04.561 – Adiantamentos Diversos

**b)** Memória de cálculo dos lançamentos com razão das contas:

i. 2.1.1.12.1600 – Contingências INSS
ii. 2.1.1.12.1601 – Rescisões Trabalhistas

**c)** Razão das contas de bancos com respectiva contrapartida no período de 2016.

## V – DA NECESSIDADE E VIABILIDADE DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

26. Para evidenciar a necessidade e viabilidade da Recuperação Judicial se faz necessário considerar alguns cenários na atual conjuntura econômica como um todo.

27. Conforme demonstrado neste relatório, a Recuperanda se trata de empresa que opera em um setor da economia bastante sensível as mudanças economicas (metalurgia), demandando alto grau de investimento e de capital de giro. Muito embora seja tradicional no setor em que atua, e tenha passado por fases propícias no decorrer de sua existência de mais de três décadas, nos tempos atuais, como já assinalado, vem atravessando crise econômico-financeira, que evidentemente interfere no seu dia a dia, o que gera incertezas no que se refere ao cumprimento das suas obrigações regulares, quer com clientes, quer com fornecedores, quer com instituições financeiras e demais credores.

28. Deve-se ressaltar que o instituto da Recuperação Judicial objetiva viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, dos empregos dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, a sua função social e o estímulo à atividade econômica. A doutrina aponta exatamente nesse sentido:

> *"Com a recuperação judicial, objetiva-se a superação da crise econômica - financeira pela qual o devedor esteja atravessando a fim de permitir a manutenção dos empregos dos trabalhadores, garantir o interesse dos credores, dando condições à empresa de continuar no exercício da função social, conforme prevista no art. 47. (...) Conforme previsto nesse comando legal, o resultado a ser alcançado e intuído pelo legislador é a preservação da vida produtiva da empresa, garantindo a manutenção do emprego e o interesse dos credores, de modo a poder*

*cumprir assim sua função social, estimulando a atividade econômica na sociedade (...).*[1]"

29. Logo, a partir dos elementos presentes nos autos, constata-se que o interesse processual do procedimento em questão repousa na superação da situação de crise econômico-financeira (necessidade) e no pedido de recuperação judicial (adequação).

30. Com efeito, os documentos analisados por este Administrador Judicial, bem como o contexto no qual estes elementos estão inseridos, demonstram a plausibilidade do pedido de Recuperação Judicial.

31. Ademais, a crise econômica nacional atual é fato notório que, por si só, enseja a ocorrência de situações de decréscimo na produtividade e na força econômica das empresas, mesmo naquelas com atuação robusta no mercado, daí porque este é mais um fator que viabiliza o procedimento recuperatório previsto na Lei n° 11.101/2005.

32. De mais a mais, o exame da documentação já apresentada netes autos e das fotografias em anexo demonstram que a Recuperanda está em funcionamento, quer em sua área industrial, quer em sua área administrativa, possui funcionários trabalhando em ambas e, em que pesem os obstáculos relatados, continua produzindo.

33. Além disso, não foram encontrados indícios de que as informações fornecidas pela Recuperanda não seriam verídicas.

34. Desse modo, não obstante a ausência de parte da documentação solicitada – conforme paragráfos 17 e 25 acima – a qual deverá ser complementada pela Recuperanda, no prazo legal, é factível o cumprimento da recuperação judicial, face aos credores sujeitos aos seus efeitos, em função das possibilidades previstas no artigo 50 da Lei n° 11.101/2005 (meios de recuperação judicial), que poderão ser objeto do futuro plano.

[1] Carlos Alberto da Purificação – *Recuperação de Empresa e Falência Comentada* – Editora Atlas.

## VI – DOS HONORÁRIOS DO ADMINISTRADOR JUDICIAL

35. Por oportuno, o Administrador Judicial apresenta proposta de honorários provisórios no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais mensais), pelos próximos 06 (seis) meses, sendo que tal valor poderá ser revisto de acordo com as condições econômico-financeiras da Recuperanda. Referido valor já engloba todos os prepostos que atuarão em conjunto com o Administrador Judicial.

## VII – DO ENCERRAMENTO

36. Honrado com a nomeação, o Administrador Judicial coloca-se à inteira disposição de Vossa Excelência, dos nobres advogados da Recuperanda e dos credores, bem como do ilustre representante do Ministério Público.

São Paulo, 31 de agosto de 2016.

**Oreste Nestor de Souza Laspro**
**Administrador Judicial**
**OAB/SP n° 98.628**